

PIB de estados atrelados ao agronegócio deve crescer mais

Alta das commodities beneficia apenas parte das unidades da Federação



Máquinas operam em lavoura de soja em Mato Grosso Ascom/Aprosoja

Leonardo Viecelli

RIO DE JANEIRO Com o avanço dos preços das commodities, parte dos estados mais atrelados ao agronegócio deve registrar crescimento maior do PIB (Produto Interno Bruto) ao longo da pandemia, indicam projeções da MB Associados. Segundo a consultoria, Mato Grosso do Sul (4,9%), Tocantins (4,7%) e Goiás (4,5%) tendem a apresentar as altas mais intensas do PIB no acumulado de 2020 a 2022, na comparação com 2019, o ano anterior à crise sanitária.

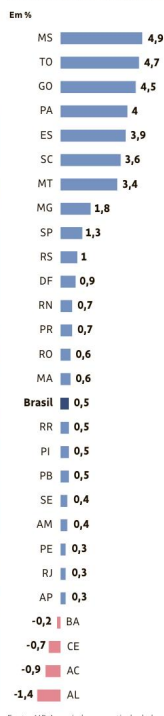
"A gente viu um impacto importante da valorização das commodities na pandemia. É natural que isso puxe para cima as projeções em estados como esses", avalia Sergio Vale, economista-chefe da MB. Em seguida, aparecem Pará e Espírito Santo, com estimativas de crescimento de 4% e 3,9%, respectivamente, no acumulado de 2020 a 2022. "O Pará tem o impacto da atividade extrativa", aponta Vale. "O Espírito Santo conta com uma base forte de celulose. Também há o efeito da valorização das commodities".

Os dados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre o PIB dos estados são referentes a 2019. A MB busca estimar o desempenho com a pandemia em curso nos anos seguintes. No caso do PIB nacional, os resultados já conhecidos vão até 2021. Conforme o IBGE, o indicador despencou 3,9% no país em 2020. Após a queda no ano inicial da pandemia, houve alta de 4,6% em 2021. Em 2022, a MB projeta uma estagnação do PIB nacional. Ou seja, a expectativa é de va-

riação nula, de 0%. Assim, pelos cálculos da consultoria, o indicador deve acumular um leve avanço de 0,5% entre 2020 e 2022, frente a 2019. "Crescer 0,5% em três anos é quase nada. O cenário de 2022 é de uma economia ainda fraca no país. Isso vai impedir que os estados também tenham uma recuperação mais vigorosa", afirma Vale. No acumulado de 2020 a 2022, 15 unidades da Federação — 14 estados e o Distrito Federal — devem registrar variação superior à do PIB bra-

Desempenho regional na pandemia

Variação projetada para o PIB de cada UF no acumulado de 2020 a 2022



Fonte: MB Associados, a partir de dados do IBGE

“A gente viu um impacto importante da valorização das commodities na pandemia. É natural que isso puxe para cima as projeções em estados como esses”

Sergio Vale economista-chefe da MB Associados

silheiro, segundo a MB. Em São Paulo, maior economia estadual, o crescimento estimado no período é de 1,3%. De acordo com as previsões, três unidades da federação devem repetir o leve avanço de 0,5% do indicador brasileiro. São os seguintes: Roraima, Piauí e Paraíba. Por fim, nove estados tendem a ficar abaixo do PIB nacional no acumulado de 2020 a 2022. Desses nove, quatro devem apresentar recuo no indicador, sinaliza a consultoria. São os seguintes: Alagoas (-1,4%), Acre (-0,9%), Ceará (-0,7%) e Bahia (-0,2%). Vale aponta que as restrições geradas pela Covid-19 prejudicaram estados com grande peso de serviços presenciais. Membros do Nordeste fazem parte dessa lista. Na região, lembra o economista, o auxílio emergencial mitigou danos iniciais da pandemia. Mas, com o fim do benefício social e a escalada da inflação no país, a recuperação do consumo tende a ficar mais complicada, conclui. "A inflação está corroendo o poder de compra da população. Isso afeta estados com renda mais baixa", diz Vale. No recorte específico do ano de 2022, 14 unidades da Federação devem ter PIB com desempenho superior ao do Brasil, indica a MB. A maior alta prevista é para o Tocantins, de 1,7%, após projeções de recuo de 1,6% em 2020 e de avanço de 4,6% em 2021. Na sequência, aparecem Mato Grosso do Sul e Goiás. Em ambos os casos, o crescimento esperado em 2022 é de 1,4%. Nove estados tendem a registrar variação nula neste ano, a exemplo do país. Outros quatro devem apresentar leves taxas negativas: Acre (-0,3%), Amazonas (-0,2%), Bahia (-0,2%) e Amapá (-0,1%). Economistas avaliam que o cenário macroeconômico reúne uma série de riscos em 2022. A inflação alta vem forçando aumento nos juros, o que dificulta o consumo e os investimentos produtivos de empresas. Além disso, há incertezas sobre a corrida eleitoral e a ocupação com os desdobramentos da guerra entre Rússia e Ucrânia. Um dos temores relacionados ao conflito no Leste Europeu é o da escassez de fertilizantes, que afetaria a agropecuária, devido à dependência brasileira das importações do produto.

Latam, Gol e Azul vão a Guedes reclamar de preço de combustível e pedir alívio de imposto

Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) recebe nesta segunda-feira (11) os presidentes das companhias aéreas Latam, Gol, Azul e Passaredo. As empresas querem demonstrar ao chefe da equipe econômica preocupação com o preço do querosene de aviação e aproveitar para pedir alívio tributário ao setor. Segundo as companhias, o combustível já havia subido 76% em 2021 e representa hoje 50% dos custos (em vez dos tradicionais 32%) em meio à guerra na Ucrânia e à consequente disparada do petróleo. As empresas afirmam que o cenário gerou um prejuízo de R\$ 16,5 bilhões no ano passado para o setor e tem levado à elevação dos preços das passagens e à reprogramação de malhas aéreas. O setor vê um momento de fragilidade enquanto ainda tenta se recuperar da crise da pandemia. A culpa de ao menos parte dos valores em alta é de problemas concorrenciais no mercado de combustíveis, na visão do setor, que também tem reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lima (PP-AL). Especificamente, os execu-



Movimentação de aeronaves no aeroporto de Congonhas, em São Paulo Jardiel Carvalho/Folhapress

tivos reclamam do que chamam de monopólio da Petrobras, de oligopólio na cadeia de distribuição, da falta de transparência na precificação dos combustíveis e da política de paridade internacional da petroleira. Encargos e impostos aplicados ao setor também são alvo de pedidos. Os executivos querem um programa de refinanciamento tributário para o setor, ou ao menos um diferimento de tarifas de controle aéreo.

Além disso, pedem medidas de alívio ligadas à tributação da folha de salários, ao adicional de periculosidade, ao Cofins aplicado à importação, ao ICMS e ao imposto de Renda sobre o leasing de aeronaves. No caso das reclamações sobre a Petrobras, o encontro das empresas com as autoridades nesta semana se soma a um movimento já feito no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Conforme mostrou a colu-

na Painei S.A., as companhias levaram ao órgão antitruste, por meio de associações, reclamações sobre a Petrobras no processo que investiga possíveis infrações à ordem econômica pela petroleira. O objetivo do pleito é fazer o órgão antitruste incluir o querosene de aviação na investigação iniciada em janeiro acerca dos reajustes ou abrir um novo inquérito. O pleito no Cade foi aberto por associações como Abear

(Associação Brasileira das Empresas Aéreas) e Iata (Associação Internacional de Transportes Aéreos). "Existe um monopólio de fato na produção e importação do QAV [querosene de aviação] pela Petrobras, como fornecedora quase exclusiva do QAV no país", afirmam as associações na petição ao Cade. As associações afirmam ainda que a Petrobras faz pequenas flutuações de preço, cobrando mais quando não há ameaça de concorrência e menos quando nota intenções de importação de outras empresas. Isso porque as concorrentes teriam que usar necessariamente a infraestrutura logística da Petrobras na importação, dando à petroleira condição de monitorar o mercado. As companhias aéreas dizem que a venda de refinarias, fruto de acordo com o Cade, não vai resolver os problemas porque a Petrobras ainda seria a única produtora nos mercados mais relevantes. As empresas pretendem pedir ao ministério a criação de uma mesa de diálogo permanente entre governo e setor, para serem discutidas saídas para os problemas apontados. O Ministério da Economia não vê objeções à criação desse canal de comunicação e, conforme mostrou a Folha, integrantes da pasta concordam com o teor de ao menos parte das manifestações sobre a Petrobras, já que mem-

bras da pasta têm falado de forma reservada que a política de preços da petroleira, embora não possa ser modificada, é questionável. Além disso, eles contam com uma iniciativa do Cade. As medidas de cortes de impostos, por sua vez, já são vistas com mais reticências na pasta de Guedes. Não se espera muita margem para novas iniciativas no IR no leasing de aeronaves, por exemplo, pois ele já teve sua solução para um período de cinco anos encaminhada por meio de MP (Medida Provisória) publicada em 31 de dezembro de 2021 — e que ainda está em trâmite no Congresso. A MP reduziu a zero o IR sobre as operações até o fim de 2023 e estabeleceu para depois disso um aumento escalonado para 1% em 2024, 2% em 2025 e 3% em 2026. As MPs têm força imediata de lei, mas precisam ser referendadas pelo Congresso dentro de quatro meses para se tornarem definitivas, caso contrário, deixam de ter validade (a alíquota seria elevada para 15%). Procurada, a Petrobras não quer haver monopólio em querosene de aviação e disse que o mercado é aberto à livre concorrência, sem restrições legais, regulatórias ou logísticas. Disse ainda que comercializa o querosene apenas para distribuidoras, sem gestão sobre preços praticados para as companhias aéreas.